

Bolívia: o gás e o nacionalismo

*Ricardo dos Santos Poletto
01/04/2005*

17 de outubro de 2003: o presidente boliviano, Gonzalo Sanchez de Lozada, apresenta seu pedido de afastamento do cargo ao Congresso após intensa onda de conflitos sociais e protestos. Os parlamentares prontamente aceitam a resignação do Chefe de Estado e o vice, Carlos Mesa toma posse.

7 de abril de 2005: o presidente boliviano, Carlos Mesa, apresenta seu pedido de afastamento do cargo ao Congresso após intensa onda de conflitos sociais e protestos...

As semelhanças entre os dois eventos indicam o quadro de aparente ingovernabilidade para representantes políticos que tentam pesar na balança as necessidades econômicas do país e as exigências ufanistas de seus concidadãos. Sindicatos, camponeses e grande parte da população se mostra disposta a responder prontamente ações governamentais tidas como prejudiciais ao povo. A paralisação das vias de acesso a La Paz, do comércio, enfim, da economia é uma possibilidade real com a qual os políticos bolivianos devem lidar.

No entanto, ao contrário de Lozada, Mesa contava com maior prestígio e teve sua renúncia rejeitada e, além disso, os parlamentares aprovaram sua lei dos hidrocarbonetos, que tanta polêmica havia causado, para demonstrar apoio ao presidente. Carlos Mesa ganhou fôlego para enfrentar a oposição indígena, sublevadas, em grande parte, devido às incitações do cocaleiro Evo Morales.

O processo de convulsão social tem início com projetos de exportação do gás natural boliviano para alguns países do continente. As medidas visavam amenizar os insustentáveis índices econômicos, por meio de contratos de exploração das reservas de gás por empresas estrangeiras. O ato do governo foi recebido com revolta pela opinião pública, que identificava na ação de mercado um atentado à soberania do país. O antiamericanismo e a rivalidade com o Chile contribuíram com o azedamento da situação. Concessões comerciais para o Chile – país com o qual a Bolívia travou a Guerra do Pacífico (1879-1883) – são tidas como inaceitáveis para grande parte dos bolivianos.

O maior desafio da Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos (CBH) é produzir uma legislação aceitável em termos econômicos e referendada pelos bolivianos, que exigem que, textualmente, fique expresso que o gás boliviano pertence aos bolivianos.

A fragilidade institucional boliviana pode ser resumida, nesse contexto, ao forte ativismo político motivado por um fenômeno nacionalista e como resposta aos péssimos indicadores sociais. A “questão do gás” se transformou em um ponto de convergência da atenção do povo boliviano e, paralelamente, em um terreno fértil para a manifestação ostensiva de um sentimento nacionalista peculiar. A Bolívia é o país mais pobre da América do Sul, possui baixos índices de escolaridade e porção majoritária da população abaixo da linha de pobreza; curiosamente, nesse caso, os dados de deficiência educacional e de miséria não podem ser utilizados como argumento para uma suposta passividade política de um povo, como é costumeiro se fazer no Brasil. A composição étnica que remete a uma identidade pré-colombiana - (Quechua 30%, mestiços 30%, Aymara 25%, brancos 15%) - é um fator que não pode ser desprezado. A população de ascendência indígena é, tradicionalmente, na Bolívia, fonte de ativismo político.